

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 297583 - SC
(2013/0057426-4)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
**EMBARGANTE : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE
SOCIAL PETROS**
**ADVOGADOS : MARCUS FLÁVIO HORTA CALDEIRA - DF013418
TERESA CRISTINA AMORIM PERES DA SILVA -
DF026817
GILDA RUSSOMANO GONÇALVES DOS SANTOS E
OUTRO(S) - RS065395
DAYANNE ALVES SANTANA E OUTRO(S) -
DF036906**
EMBARGADO : MARIA DE LOURDES NASCIMENTO
ADVOGADO : RICARDO AUGUSTO SILVEIRA - SC006998
**EMBARGADO : MARIA APARECIDA MARTINS DA SILVA E
OUTROS**
ADVOGADO : ADIB ABRAHAO MASSIH - SC000383
INTERES. : JOYCE NASCIMENTO SANTANNA
ADVOGADO : RICARDO AUGUSTO SILVEIRA - SC006998

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA DO REQUERENTE.

1. Nos termos do artigo 1.022 do CPC/15, os embargos de declaração são cabíveis apenas para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; ou corrigir erro material.

1.1. Ausentes quaisquer dos vícios elencados no acórdão recorrido, que decidiu de modo claro e fundamentado, é impositiva a rejeição aos aclaratórios.

2. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator